



As/os pequenas/os ingênuas/os destacam-se devido aos serviços que poderiam prestar as/aos senhoras/es de suas mães.

Maria Cristina Machado de Carvalho¹

Resumo: Este texto apresenta os primeiros resultados da pesquisa que investiga as experiências de ingênuas/os no Recôncavo da Bahia, no Pós Abolição, marcada pelo trabalho forçado nas fazendas fumageiras, a partir de uma variedade de documentos - inventários, certidão de batismo e da memória. O interesse é discutir como estas ingênuas continuaram a vivenciar práticas de trabalho compulsório no período posterior a abolição na segunda metade do século XIX nos Campos da Cachoeira – zona economicamente envolvida com a produção de fumo e produtos de subsistência.

Palavras chave

Pós abolição; Ingênuas/os; Recôncavo; trabalho

Considerações Iniciais

O espaço geográfico analisado é conhecido historicamente como zona de passagem do Recôncavo para os sertões, uma vasta região interiorana da Bahia, constituída por uma diversidade territorial. Essa região constitui um cenário rico nas relações sociais de um passado passível de ser reconstruído a partir das pistas encontradas em diversas fontes. Em diferentes espaços da fazenda fumageira, o escravo, a escrava, a criança filha da escrava fizeram-se presente com o seu trabalho e seus costumes étnico/culturais. Nesse processo, o/a escravizado/a foi encontrando meios para superar as adversidades em que estava submerso/a, na expectativa da liberdade, o que tornava mais suportáveis seu cotidiano e a sua convivência.

Em meio à complexidade e o caráter multifacetado do Recôncavo açucareiro, fumageiro e de economia de subsistência desabrocha os esforços dos proprietários de terras para preservar seus interesses e autoridade sobre a população livre e recém-liberta nas décadas posteriores à abolição. Esse espaço constituiu-se e caracterizou-se a partir das relações sociais e de trabalho entre mulheres, homens e crianças escravas e ingênuas que transitava (re)inventando os seus modos de vida, buscando a sobrevivência. Essas crianças aparecem arroladas nos inventários como trabalhadoras predominantemente na atividade

1 Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Bolsista pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Email: chrilcarvalho@hotmail.com



econômica fumageira, na policultura de gênero de subsistência como mandioca, feijão, milho e, em menor escala, na criação de gado e sentido leste no cultivo da cana para o fabrico de rapadura e aguardente entre os poucos engenhos e alambiques, como analisaremos nas histórias a seguir.

Trabalho de crianças ingênuas/os nos Campos da Cachoeira

Aos 16 dias do mês de novembro de 1877, D. Edivirges Carolina Cerqueira e seu irmão Antônio Luis da Silva Gomes constituíram procurador João Macário Gomes para vender na cidade da Bahia e no Rio de Janeiro a escrava Geltrudes, preta, de 43 anos, solteira, do serviço da lavoura, natural desta Freguesia. No mesmo dia Edivirges Carolina Cerqueira constituiu como legítimo procurador irmão Antonio Luis da Silva Gomes para vender suas escravas Rita, parda, de 22 anos, solteira, da lavoura e sua filha Maria, parda, de 7 anos também naturais da referida freguesia.

O registro procuração sinaliza para uma conjuntura em que crianças representavam uma boa alternativa para suprir a mão de obra escrava no período de transformação do trabalho escravo para o livre. O caso de Maria com 7 anos de idade sendo vendida acompanhada de sua mãe como uma escrava e não ingênuo, já que havia nascido, posterior a Lei do ventre livre, em 28 de setembro de 1871, indica que muitos senhores e senhoras cometeram ações extralegais para assegurar o trabalho compulsório.

Segundo Mattoso (1988), a maioria das ingênuas vivenciou as experiências da escravidão, comum a suas mães e seus parentes, até mesmo as práticas de venda e inventários como observei nas documentações deste local. Outros pesquisadores oferecem indícios para as táticas que mães forras, tias/os e madrinhas e padrinhos urdiram para garantir as ingênuas/os à liberdade. (SOUSA, 2009; FRAGA, 2006; ALANIZ, 1997; XAVIER, 1996).

Não raros os documentos, os jornais da época noticiavam as contínuas fugas de crianças ingênuas e chamavam atenção das autoridades para o elevado número nas ruas. Igualmente o comunicado enviado pelo Barão Moniz Aragão, presidente da Câmara Municipal da Villa de São Francisco do Conde, ao presidente da província da Bahia, Manuel do Nascimento Machado Portela, após a promulgação da Lei Áurea, documenta a quantidade de ingênuos nos engenhos e a adoção de estratégias dos senhores para recompor



a mão-de-obra, incluindo entre eles aqueles que nasceram após a Lei do Ventre Livre (*APEB, Seção colonial-provincial, Presidente da Província 1881-1889, Governo da Câmara de São Francisco do Conde 1888, Maço 1436*).

Separando por décadas, nota-se que as criança/mulher ingênuas permaneciam nas mesmas relações de trabalho do cativo. A lei de 1871 e mesmo a lei de 1888 não conseguiram afastar essas crianças/mulheres do cotidiano da escravidão. Entre as duas primeiras décadas pós-abolição as crianças ingênuas permaneceram nas fazendas e engenhos dos antigos senhores de suas mães que interessados pela mão-de-obra infantil buscaram a manutenção através da tutela (TEIXEIRA, 2010). Nos Campos da Cachoeira, os indícios relativos ao interesse pelo trabalho infantil é revelado a partir do predomínio dos meninos e das meninas em usufruto dos proprietários de terras tanto como escravos quanto como ingênuos. Nos inventários a partir de 1877 apenas as crianças de 3 e 4 anos são identificadas como ingênuas. Por exemplo, na propriedade de João Coelho de Almeida, 1882, as crias das escravas menores de 7 anos não são identificadas como ingênuas. Os filhos de Joaquina, preta, 60 anos, Feliciano, crioulo, 13 anos; Ovídio, crioulo, 5 anos; Trajano, crioulo, 1 ano; Saturnina, crioula, 7 anos aparecem como do serviço da lavoura (*Inventário de João Coelho de Almeida, 1882. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218*).

Por sua vez, neste período falta documentação para aprofundar a análise, parte da documentação foi perdida nos arquivos, como foi o caso de alguns inventários e tutelas que se perderam junto com os arquivos do fórum Ministro João Mendes. Outros seguiram para o Arquivo Público de Cachoeira sendo que boa parte se perdeu no período das enchentes do rio Paraguaçu. Entretanto, desde infância fui criada ouvindo relatos dos tempos da bisavó. Histórias que ela fez questão de contar para sua filha, sendo transmitida de geração a geração alcançando terceira e quarta gerações.

Nas últimas décadas do século XIX, sobretudo nos primeiros anos de 1900 as crianças/mulheres ingênuas seja por consequência do ventre livre priorizando pelas tutelas e compadrios e até ligações familiares conviveram e testemunharam diversas experiências de liberdade. Imprimiram através de seus atos aquilo que almejavam como sua autonomia.

Assim, para captar alguns aspectos dos itinerários dos ex-escravos e de seus descendentes recebi valiosas contribuições de antigos moradores das fazendas fumageiras de



São Gonçalo dos Campos. Os informantes como Djanira Pinheiro de Queiroz nascida em 1912, na fazenda Dendê, filha de Teodora Francisca Gomes e João Pinheiro de Queiroz. Dona Diva Ramos da Silva, nascida em 1923, neta de Tibúrcio Barreiros, uns dos importantes fazendeiros de São Gonçalo dos Campos, neta de ingênuas. Esses depoimentos são fundamentais para o presente estudo não só porque os informantes ouviram os pais contarem suas experiências, mas por suas memórias estarem vinculadas às “vivências nas Fazendas”, ao “tempo dos avôs ou pais” e ao “tempo dos escravos”. Outros depoimentos serão apresentados ao longo deste trabalho, os quais vão dando evidências as experiências de descendentes de escravos na primeira década do século XX.

Cruzando as fontes escritas com as memórias contadas de geração em geração como algo que carregam, para a família, muitos significados, atende aos critérios das irregularidades, descontinuidades e constâncias do mundo social e da memória apresentam-se como nexos de uma tradição de comportamento onde as pessoas identificam os traços que os colocam em um núcleo específico, balizadas pela mesma identidade (LEVI, 2000).

Compondo o universo social dos descendentes de ingênuas, em 5 de maio de 1912, um domingo de outono, nascia Djanira Pinheiro, negra, filha de natural de João Barreiros e Teodora, ingênuas, rendeiras, negra, natural de Bonfim da Feira. Djanira narrou para seus filhos e netos, durante meio século, 1912 a 2016, as histórias que ouvira de sua mãe misturadas com suas lembranças de um tempo de infância, que vivenciou nas relações de seus ascendentes as reminiscências do período da escravidão, nas relações dos rendeiros, no amasiamento de seus pais, nas experiências contadas pela mãe, nas lembranças do pai, um coronel que carregava a tradição do século XIX e, por fim, no trato desigual entre os filhos das amasias rendeiras e o filho da esposa (*Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de julho de 2016*).

Djanira com 100 anos de idade guardava na memória lembranças do tempo passado sobre sua mãe que, “escurinha” havia fugido muitas vezes do jugo da escravidão, de uma fazenda em Bonfim de Feira e que teria sido recapturada “a dente de cachorro (*Djanira Pinheiro de Queiroz, concedida em 21 de julho de 2016*)”. Embora “a dente de cachorro” tenha sido uma expressão para designar as experiências das pessoas de origem indígena (OLIVEIRA e VIEIRA, 2012) o seu uso se fez presente ao longo de muitas décadas para exprimir as situações que homens, mulheres e crianças (africanas, negras, crioulas, cabras,



pardas) escravizados atravessavam ao resistir à escravização. Tomada no contexto pós-abolição a narrativa produz representações coletivas sobre a liberdade das ingênuas, libertas e ex-escravas e a perseguição sofrida pelos “homens brancos”, que confrontam história e memória referidas à trajetória das mulheres e à tradição daquelas famílias. Por outro lado, a narrativa rememorada pela quarta geração de Teodora mostra um lado insólito da História do Recôncavo e, num quadro mais amplo, da Bahia.

No contexto paternalista (THOMPSON, 1998) do sistema produtivo escravista os indivíduos e seus grupos familiares, denominados de rendeiros, estavam inseridos nas relações de poder com os proprietários de terras. Teodora e as mulheres rendeiras, como mostram as memórias familiares, não eram apenas dependentes da vontade dos daqueles homens, e nem meramente passivas. Observa-se que as práticas e os costumes na relação de trabalho com a terra e no trabalho doméstico, embora antigas, são constantemente repensadas e reformuladas a partir de sua experiência. Muitas mulheres vão aparecer compartilhando essa situação no final do século XIX e início do XX, especialmente ao se tratar de mulheres de cor que acabaram de sair do domínio da escravidão.

O fato de esta personagem viver a experiência do pós abolição, ou seja, suas estratégias de reelaboração das relações de trabalho, referente à responsabilidade dos senhores em prover as necessidades básicas das escravas rendeiras levando em consideração as transformações históricas comuns na vida de mulheres de cor nos cruzamentos do Recôncavo ao Sertão, porém suas fugas chamam atenção ao olhar da pesquisadora. É perceptível que os narradores enaltecem o grande número de escapadas cunhadas por Teodora, sendo pega “a dente de cachorro” em alguns episódios, indicando momentos posteriores à abolição, nos aspectos que norteavam a procura e escolha de uma mulher de cor, assim como muitos dos receios, conflitos, agressões e explorações que perpassavam estas relações, nas diversas formas de ligações sócio afetivas, no compadrio, através dos laços espirituais instituídos no ato do batismo, uniam definitivamente o batizando e seus padrinhos, e esses aos pais da criança, sendo tais laços levados para fora do âmbito da Igreja, na vida social dos envolvidos (GUDEMAN & SCHWARTZ *Apud* REIS, 1988; SCHWARTZ, 2001). Aliás, merecem menção alguns indícios que apontam para a provável idade de Teodora.



Um importante indicativo refere-se ao nascimento de sua filha Djanira, em 1912, exatamente 41 anos depois da Lei do Ventre livre de 1871 e 24 anos após a abolição da escravatura, 1888. Djanira foi sua terceira filha, antes dela vieram Astéria e Dionísia, sendo que não encontrei vestígios sobre o ano de nascimento de ambas. Entretanto, observando atentamente a expectativa de vida das mulheres de cor é possível sugerir que Teodora teria nascido nos anos posteriores a 1871 (*Entrevista com Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011, Entrevista com Cleusa Machado de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011*), ou seja, evidenciando que ela já era ingênua e nesta condição social poderia gozar de sua liberdade. Então, nos ocorre perguntar porque tentara fugir da fazenda em que residia?

As memórias que se reportam ao “tempo dos avôs ou pais” se prendem aos questionamentos de interesse desse artigo. Todavia, entendo que a memória é fluída, sendo as temporalidades das lembranças dos assuntos que lhes contaram os pais e avós ligadas aos tempos vividos pelos informantes (THOMPSON, 1992. RICOEUR, 2010. POLLAK, 1989. POLLAK, 1992. BOBBIO, 1997. BOSI, 1987). Assim, para além de compreender o jogo dos proprietários de terras para garantir o trabalho compulsório em São Gonçalo dos Campos, é preciso pensar como se desenvolveu este processo e a relação cotidiana desses sujeitos.

Em outras regiões do Recôncavo, conforme as circunstâncias nas quais os ex-senhores depararam-se, a solução encontrada para suprir a falta de mão-de-obra depois da abolição foi negociar condições para que os antigos escravos permanecessem nos engenhos. Afirmou Fraga que na ocasião “a mobilização dos trabalhadores para o trabalho no eito exigia negociação permanente para conciliar as necessidades dos engenhos com as atividades alternativas dos ex-escravos e seus descendentes” (FRAGA, p. 236).

Os informantes afirmaram que os ex-senhores apadrinharam filhas/os de escravas, tiveram relação sexuais com elas, casaram para manter mão-de-obra compulsória em suas disposições. Os proprietários disponibilizavam pequenas extensões de terras para que produzissem suas roças de fumo, mandioca, feijão e milho, informou seu Justiniano. Djanira corroborou, contando que sua mãe Teodora, possuía uma pequena roça de mandioca e fumo na Fazenda Dendê. Maria José Ferreira Cazumbá recordou as histórias de sua mãe sobre as experiências de seus avôs, reideiros da fazenda Moreira, tinham diminutas rocinhas de



mandioca, fumo, entre outros gêneros agrícolas. Também limpavam os campos, cuidavam dos animais, acrescentando ainda, o trabalho nas roças do proprietário (*Maria José Ferreira Cazumbá, concedida em 27 de março de 2011. Pertence a 4 geração da família Cazumbá*). Destaca Silva Lara que para muitos ex-escravos, a liberdade significou manter condições de acesso à terra conquistada durante o cativeiro (LARA, 1998). Carolyn Fick, a respeito ao sul da província de Saint Domingue, sugere que possuir terras era o mesmo que efetivar a liberdade, isto porque, sem terra era impraticável sustentar à família (KRANTZ, 1990, p. 225). Nota-se, portanto, que na sociedade sangonçalense como em todos locais que incidiu o sistema escravista, os ex-escravos e seus descendentes usavam a terra vislumbrando a nova condição de livre.

Os afazeres da roça exigiam longas horas de serviço e uma boa quantidade de pessoas. Tarefa, geralmente, assumida pelo lavrador, sua esposa e seus filhos. De maneira geral, o trabalho começava com a organização da terra para o cultivo, o que correspondia à capina, ao preparo das covas, à adubação, o cuidado e a colheita. Parte do que era produzindo podia ser vendida, outra parte colocava para secar para dá aos porcos e as galinhas. “Feijão aquela saca de feijão que botava para comer em casa, feijão aquela saca grande de esteira, larga, que fazia pra caber o feijão tudo era saco pequeno” (*Hortência, concedida em 2008*). Ressalte-se, a partir dos informantes, que não havia divisão de tarefas entre homens e mulheres na roça. No caso de Teodora, amásia de João Pinheiro, ela e os e os filhos “bastados” que laboravam para pai, amante e possuidor os instrumentos de trabalho. Nas experiências de Dona Antonieta as mulheres produziam suas pequenas roças de fumo, vendiam ao marido, ao pai, ou outro parente, com um valor abaixo do mercado (*Antonieta, concedida em 2008*).

É no ambiente da fazenda que se encontra os homens brancos amasiando-se ou apenas mantendo relações sexuais com muitas mulheres negras, com filhos considerados ilegítimos. Assim, a informante traz lembranças a respeito das relações instituídas por seu avô Tibúrcio Alves Barreiro (*Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012*), nascido em 14 de abril de 1855 (*Lápide, Cemitério São Gonçalo dos Campos*), negociante, proprietário de grandes extensões latifundiárias em São Gonçalo dos Campos, no final do século XIX e da primeira metade do século XX e conselheiro da Câmara na primeira República, entre 1897 a 1930 (TEIXEIRA & ANDRADA, 1984, p. 81).



Tibúrcio aparece em diferentes períodos da história. Nasceu em 1855, anos posteriores ao tráfico transatlântico de escravo e a promulgação da Lei de Terras. Vê sendo estabelecida a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário e, por fim a abolição da escravatura. Nos anos posteriores a Proclamação da República, Tibúrcio aparece como conselheiro da Câmara e um grande proprietário de terras na cidade, com uns consideráveis números de reideiros em suas propriedades (Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012. TEIXEIRA & ANDRADA, op. Cit., p. 81; Certidão de Terras de 1903, Arquivo do Fórum João Mendes; Lápide no cemitério de São Gonçalo dos Campos).

Figura 1: Tibúrcio Alves Barreiros



Fonte: Arquivo pessoal da família. Fotografia de Tibúrcio Alves Barreiros.

Embora não conste nos documentos consultados a cor do fazendeiro Tibúrcio Alves Barreiro, a partir da imagem acima nota-se que é um homem mestiço. Provavelmente ascendeu socialmente, tornando-se um grande proprietário rural e um representante político local. Importante lembrar que possuía grandes extensões de terras.

Diva relatou que Tibúrcio teve muitas amásias negras e sua avó Maria foi uma delas,

Ai tinha minha avó que era sobrinha de Bibina. Filha da escrava deles. E ele passou a criar casado com minha avó dentro de casa. Bem novinha, de tão novinha que ela não gostava que eu chamasse de vó, me botou para chamar madrinha, tinha desprezo que eu chamasse vovó. E era moderna, era jovem. Ai quando a esposa dele viu minha avó tava de barriga. Era tão moderna, ela gostava tanto da minha avó que ela não quis dar castigo chamou a empregada. Bota essa negra no carro ai pra puxar. A mãe da minha avó foi quem recebeu o castigo. É deu castigo a mãe, não deu castigo



a minha avó. Ai ele arranjou outro e casou a minha avó (Diva Ramos da Silva, concedida em 7 de outubro de 2012).

A história que Diva descreveu sobre a trajetória de sua avó, Maria, ingênua, filha da escrava do irmão de Tibúrcio, Maximiliana, ao mesmo tempo, revela que as mulheres egressas da escravidão eram mais submissas do que os homens aos proprietários dos domínios fundiários em que residiam e trabalhavam. Das experiências afetivas que mantinham com os homens brancos geravam frutos que mantinham presas aquelas possessões territoriais. Ou pode observar que tais mulheres poderiam se beneficiar, usando esses amasiamentos para obter a posse de terras pelo quinhão que recebiam por causa dos filhos ilegítimos que tinham com os proprietários.

Importante lembrar, que mesmo estando subordinadas aos proprietários de terras, pais, maridos e irmãos mais velhos, essas ex-ingênuas/mulheres exerciam papéis que, muitas vezes, estavam longe do confinamento ao ambiente doméstico, caso relatados nas experiências acima. Entretanto, suas vidas eram povoadas de incerteza e receio de que passo dar e em que direção, assim, o fato de terem tecido relações próximas aos proprietários pode simbolizar estratégias que deixaram marcas sociais, suficientes para enfraquecer ou modificar as relações de dominação que sua família estava submetida. Como lembra Giovanni Levi,

[...] a participação de cada um na história social não pode ser avaliada somente com base em resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais [...] grupos e pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, consegue condicioná-las e modificá-las (LEVI, 2000, p. 45).

Finalmente, esse contexto expressava como os jogos simbólicos e materiais eram manipulados pelos indivíduos numa sociedade que os distribuía de modo desigual.

Imagem 2: Parentes de Tibúrcio Alves Barreiros



Fonte: Arquivo pessoal da família. Fotografia de D. Diva Ramos da Silva, nascida em 1923, neta de Tibúrcio Alves Barreiros. Do lado esquerdo Chiquinha e do lado direito Augusta. Fotografia tirada aproximadamente entre os anos de 1940 a 1960.

Augusta é a mestiça a direita filha ilegítima de Tibúrcio com rendeira Bibina, ao centro encontra-se outra filha ilegítima, Augustinha, com a rendeira e filha de escrava Maria e a esquerda Chiquinha Barreiros, esposa de Marcelino, filho da Teodora, também rendeira e ilegítimo de Tibúrcio.

Ainda, em sua narrativa, Diva, rememorou as difíceis condições de sobrevivências em que os rendeiros (sua avó ingênuas) permaneciam submetidos e o uso da terra para o plantio de gêneros agrícola designados ao mantimento da família. Constata, então, que não somente a "terra" era concedida, mas a autorização para a moradia e a produção de gêneros agrícolas.

Os proprietários estratégias e tinham interesses nos trabalhos de crianças ingênuas/os e seus descendentes, utilizavam seus bens fundiários para estabelecerem sob seus domínios uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência. Em outros termos, procuravam reunir, graças ao patrimônio fundiário, uma força social pelo número de "braços" à disposição. Ser rendeiro pressupunha está ligado ao proprietário fundiário numa relação sinônimo de residência e trabalho simultaneamente. Muitas vezes esta ligação alcançava laços familiares.

Considerações Finais



Para os ex-cativos e filhas/os de cativas a liberdade esteve dotada de muitos significados, diversas formas e sentidos socioculturais. Como se movimentar sem autorização dos ex-senhores; o fim dos castigos corporais, a escolha como e o tempo que deveria trabalhar (FRAGA, 2006). Ser livre, para alguns libertos, como afirma Silvia Lara, parecia estar longe de significar o ideal de “vender a força de trabalho em troca de um salário” (LARA, 1918)

Ao ser lançado na relação de trabalho livre, nos Campos da Cachoeira, as opções do ex-escravo e seus descendentes ingênuos reduziam-se a economia agrícola. Portanto, o que as memórias revelam parece ser um indicativo importante para compreensão das relações naquela cidade de economia fumageira. Transformar a abolição em uma relação de trabalho rendeiro também significava a tentativa que garantisse a subsistência e uma menor incerteza frente ao futuro.

Referências Bibliográficas

Fontes

Entrevista com Antonieta, concedida em 2008.

Entrevista com Expedito Pinheiro de Carvalho, concedida em 25 de março de 2011

Entrevista com Hortência, concedida em 2008.

Entrevista com Maria José Ferreira Cazumbá, concedida em 27 de março de 2011. Pertence a 4 geração da família Cazumbá.

Inventário de João Coelho de Almeida, 1882. BAHIA, Arquivo Público Municipal de Cachoeira, Provincial, Inventários, Caixa 218.

APEB, Seção colonial-provincial, Presidente da Província 1881-1889, Governo da Câmara de São Francisco do Conde 1888, Maço 1436.

Bibliografia

ALANIZ, Ana Gicelle. *Ingênuos e libertos em Campinas no século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória , 1997.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória: De senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.



FICK, Carolyn. *Camponeses e soldados negros na revolução de Saint Domingue: reações iniciais à liberdade na Província do Sul (1793-1794)*, In KRANTZ, A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII à XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. "Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII". In: REIS, João José. *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o Negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LARA, Silva H., *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, 16, São Paulo, s. Ed., 1998.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982

OLIVEIRA, Jailma Nunes Viana de, VIEIRA, José Glebson. *Identidade Indígena, Memória E Territorialização: A Construção Do "Ser Índio" Na Comunidade Dos Caboclos De Açú/RN*. XV Encontro De Ciências Sociais Do Norte E Nordeste E Pré-Alas Brasil. UFPI, Teresina-PI. 04 a 07 de setembro de 2012.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade Social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, v. 2 n 3, 1989.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas/SP: Martins Fontes, 2010.

SAMPAIO, Gastão. *Feira de Santana e o Vale do Jacuípe*. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 1982. p. 225.

SCHWARTZ, Stuart. B. "Abrindo a roda da família: Compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia". In: **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SOUSA, Ione Celeste de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – PUC/São Paulo, São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. *A Não-infância: crianças como mão-de-obra compulsória em Mariana (1850-1900)*.

TEIXEIRA, Heloisa Maria. *Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888)*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.11, n. 15, 2o sem. 2010.